

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EMENTA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estudo dos Problemas Judiciários e Desenvolvimento das Instituições do Sistema De Justiça

CÓDIGO: MAD001014

ÁREA DE AVALIAÇÃO NA CAPES: Direito

CURSO: Mestrado Acadêmico em Direito

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direito, Acesso à Justiça e ao Desenvolvimento

CARGA HORÁRIA: 45 h/a

EMENTA:

Problemas do acesso à justiça e à jurisdição. Conflitualidade social e possibilidades para seu adequado tratamento. Instituições do sistema de justiça e formação dos profissionais do Direito. Problemas do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia: análise de dados e pesquisas. Avaliação da eficácia, efetividade e eficiência das instituições jurídicas. Educação jurídica e perspectivas de desenvolvimento institucional. Judicialização de todos os domínios da vida e seus riscos. Impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais das decisões judiciais. Controle externo das instituições do sistema de justiça, seu funcionamento e eficácia. Problemas e perspectivas de desenvolvimento e democratização das instituições jurídicas no Brasil. Sistema de justiça e cidadania no século XXI: novos desafios, expectativas legítimas e ilegítimas.

BIBLIOGRAFIA:

ARISTÓTELES. Política. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números. Disponível em <ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf> Acesso em 05/06/2014

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Censo do Poder Judiciários: vetores iniciais e dados estatísticos. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>> Acesso em 05/06/2015

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Censo Judiciário: relatórios por tribunal: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

<http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Censo/Relat%C3%B3rios_Magistrados/TJs/Magistrados_-_TJ_Cear%C3%A1.pdf> Acesso em 05/06/2015
CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Editora Fabris, 1988.

CONSTABLE, Marianne. Law as Language. Critical Analysis of Law: An International Interdisciplinary Law Review. 1:1 (2014), p. 63-74.

GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia – O guardião das promessas. Trad. Maria Luiza de Carvalho. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001.

JONAS, Hans. O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2006.

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Introdução, tradução e notas Pedro Vieira Mota, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

NWAPI, Chilenye. A Necessary Look at Necessary Jurisdiction. U.B.C. Law Review, Vol. 47, Issue 1 (January 2014), p. 211-274.

PERLINGEIRO, Ricardo ?La reserva de lo posible se constituye en un limite a la intervencion jurisdiccional en las politicas publicas sociales? Revista Estudios SocioJuridicos, July-Dec, 2014, Vol.16(2), p.181(32).

REDISH, Martin H. e ARONOFF, Jennifer. The Real Constitutional Problem With State Judicial Selection: due process, judicial retention, and the dangers of popular constitutionalism. William & Mary Law Review, v. 56, nº 1, 2014, p. 1-58.

RICOEUR, Paul. O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição, Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

SADEK, Maria Tereza; BENETI, Sidnei Agostinho e FALCÃO, Joaquim. Magistrados: uma imagem em movimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SADEK, Maria Tereza. O Ministério Público e a justiça no Brasil. São Paulo, Idesp/Sumaré, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma Revolução Democrática da Justiça. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.